DIREITO, SOCIEDADE E POLÍTICA – UMA BREVE ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DA DEMOCRACIA NA MODERNIDADE A PARTIR DA TEORIA DE J. HABERMAS, A. NEGRI E M. HARDT

Pedro Ivo Gama S. de S. Mattos¹

Resumo: A presente reflexão objetiva analisar as perspectivas teóricas de Jurgen Habermas, Antonio Negri e Michael Hardt acerca das possibilidades de construção de uma sociedade democrática frente aos atuais contextos políticos, econômicos, jurídicos e culturais proporcionados pela globalização. Nesse sentido, Habermas observa a importância de uma aplicação reflexiva do direito em relação ao poder político, na medida em que a dominação política pode ser autorizada através de um processo discursivo de legitimação democrática. Por sua vez, Negri e Hardt enfatizam a necessidade de integrar as questões envolvendo a comunicação e a própria linguagem ao contexto imperial biopolítico, na perspectiva por uma nova forma de democracia que ultrapasse o que denominam de tradicional busca por consenso. Tendo por base esses dois contextos, pretende-se refletir a reformulação da relação entre direito e política, a partir de um cenário teórico focado em um novo modelo de circulação do poder político, que tem como pano de fundo o debate envolvendo a concepção procedimental deliberativa de democracia e uma visão que pretende afastá-la de um conceito normativista de poder constituinte.

Palavras-chave: Modernidade; Democracia; Participação Política.

LAW, SOCIETY AND POLITICS - A BRIEF ANALYSIS OF THE POSSIBILITIES OF DEMOCRACY IN MODERNITY ACCORDING TO THE THEORY OF J. HABERMAS, A. NEGRI AND M. HARDT

Abstract: This reflection aims to analyze the theoretical perspectives of Jurgen Habermas, Antonio Negri and Michael Hardt about the possibilities of building a democratic society in the context of current political, legal and cultural aspects offered by globalization. In this sense, Habermas notes the importance of a reflexive application of law to political power, to the extent that political domination can be authorized through a discursive process of democratic legitimacy. Moreover, Negri and Hardt emphasize the importance to integrate issues involving communication and language to the biopolitical imperial context, in the perspective for a new form of democracy, beyond the traditional search for consensus. Based on these two contexts, it is intended to reflect the reformulation of the relationship between law and politics, from a theoretical scene focused on a new circulation model of political power, which has as its background the debate involving the procedural conception of deliberative democracy and a vision that intends to keep it away from a normative idea of constituent power.

Keywords: Modernity; Democracy; Political Participation.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Membro da Associação Brasileira de Sociologia do Direito (ABRASD).

1. INTRODUÇÃO

A presente reflexão objetiva analisar as perspectivas teóricas de Jurgen Habermas, Antonio Negri e Michael Hardt acerca da modernidade e das possibilidades de construção de uma sociedade democrática frente aos atuais contextos políticos, econômicos, jurídicos, sociais e culturais proporcionados pela globalização.

Dentro dessa perspectiva de análise, será essencial apresentar, inicialmente, as argumentações teóricas traçadas pelos autores, a fim de observar como esses fatores são sistematizados nas concepções de Habermas, Negri e Hardt na construção de uma teoria da sociedade, e, especificamente para os objetivos deste trabalho, na relação entre sujeito, sociedade e instituições numa perspectiva democrática.

Para tanto, a reflexão aqui apresentada, num primeiro momento, buscará analisar as argumentações construídas pelos autores, ressaltando os principais aspectos através dos quais são desenhadas as características da modernidade e da democracia na visão daqueles teóricos.

Nesse sentido, e partindo principalmente das obras “Teoria do agir comunicativo”, e “Direito e Democracia: entre facticidade e validade”, buscaremos analisar os seguintes aspectos do pensamento habermasiano ao longo do presente trabalho:

(i) a crítica à tradição materialista, e a tentativa de construção pelo autor de um conceito dualista de razão;

(ii) o desenvolvimento de uma teoria da ação comunicativa, em direção ao processo de racionalização da modernidade e da contraposição entre razão estratégica e razão intersubjetiva comunicativa, e;

(iii) principalmente, a intenção de introduzir a categoria do direito moderno na ótica da teoria do agir comunicativo, a partir da proposta de reconstrução intersubjetiva da soberania popular com base na teoria do discurso, segundo a qual a soberania não se encontra localizada em nenhum sujeito concreto, mas na ampla rede de comunicação que perpassa a esfera pública.

No que se refere à teoria proposta por Michael Hardt e Antonio Negri, o presente trabalho buscará destacar os seguintes aspectos, principalmente a partir das obras “Império” e “Multidão”:

(i) o surgimento de uma nova ordem política da globalização, distinto do imperialismo europeu e da expansão capitalista existente em outros momentos da história, marcado por identidades híbridas e fronteiras dilatadas;

(ii) a formação de uma soberania pós-moderna, distinta da soberania exercida pelos Estados-nação, marcada pela flexibilidade, novas concepções de identidade e novas redes de comunicação, destacando-se também, nesse sentido, as análises dos autores sobre os debates em torno do surgimento de uma ordem jurídica internacional, e das possibilidades de transposição da democracia para além do quadro dos Estados-nação;

(iii) o poder constituinte das massas contra a nova forma de soberania global enquanto “multidão”, conjunto não homogêneo de singularidades, única capaz de ensejar uma práxis transformadora da sociedade.

Antes, porém, de discutir mais especificamente a abordagem desses aspectos na concepção dos teóricos, será importante apresentar, brevemente, o contexto das análises empreendidas pelos autores, bem como, dentre a multiplicidade e extensão de seus argumentos, os pontos específicos a serem abordados neste trabalho, numa perspectiva comparativa, sempre visando explorar as possibilidades da democracia na contemporaneidade.

Em sua “Teoria do Agir Comunicativo”, Jurgen Habermas pretende ampliar o conceito de razão, em sua argumentação reduzido pela tradição materialista ao que denomina “aspecto cognitivo-instrumental”. O conceito dualista que pretende desenvolver, ao contrário, tem uma perspectiva mais abrangente, na qual a racionalidade comunicativa (que visa à compreensão) seria contraposta a racionalidade estratégica (que visa ao sucesso), cujo

acoplamento forneceria as bases para o desenvolvimento de um espaço público democrático consensual:

Habermas (...) diferencia ação comunicativa e ação estratégica, e associa cada uma dessas diferentes dimensões de ação a diferentes níveis de racionalidade, que não se reduzem um ao outro. Ele quer com seu conceito de razão comunicativa reagir ao suposto déficit normativo da teoria marxista ocidental e, ao mesmo tempo, sem recurso transcendental, fundamentar pretensões de universalidade. (NOUR: 2006, p.116)

A esfera pública, nesse contexto, é problematizada a partir de uma perspectiva constitutiva do mundo da vida, a partir da ênfase na formação discursiva da opinião e da vontade, fomentando uma cultura política democrática (HABERMAS: 1989, *passim*). Essa preocupação, no entanto, não pretende desconsiderar o papel das instituições nesse processo.

Posteriormente, em “Direito e Democracia. Entre Facticidade e Validade”, o autor formula um projeto de institucionalização, a ser orientado pelo paradigma procedimental da democracia, em que aquele exercício discursivo e argumentativo da opinião – trabalhado em “Teoria do Agir Comunicativo” - é engendrado a partir de uma ação recíproca entre as esferas informais do mundo da vida e os espaços formais dos processos de tomadas de decisão institucionalizados.

Nesse contexto, e tratando mais especificamente do campo jurídico, surge o objetivo de Habermas em introduzir a categoria do direito moderno na ótica da teoria do agir comunicativo, pois, segundo o autor, uma teoria crítica da sociedade não pode se resumir a uma descrição da relação entre norma e sociedade; antes de uma análise entre as pretensões normativas das ordens democrático-constitucionais e a facticidade de seu contexto social, é a intenção habermasiana reconstruir a “autocompreensão desses direitos”, a partir daquela perspectiva de imprimir uma nova abordagem à razão e aos processos de institucionalização da vontade.

O ponto de partida para tal, segundo a argumentação do autor, são os direitos que os cidadãos têm que se atribuir reciprocamente se quiserem regular legitimamente suas relações com bases de direito positivo, isto é, os direitos subjetivos. Esta formulação, na tese de Habermas, deixa entrever que há uma tensão interna, anterior àquela extrínseca, entre facticidade e validade permeando os sistemas do direito em sua totalidade.

Já Hardt e Negri, em “Império”, ao contrário da perspectiva habermasiana, argumentam que na nova ordem imperial não há ação comunicativa que não seja instrumentalizada pelo império. Segundo os autores (NEGRI e HARDT *apud* NOUR, op. cit., p. 116), “a produção comunicativa, e a construção da legitimação imperial caminham de mãos dadas e não podem mais ser separadas”.

Nesse sentido, e no que tange ao surgimento e às características do império, os autores argumentam que juntamente com o mercado global e com circuitos globais de produção surgiu uma nova ordem global, uma nova lógica e estrutura de comando – em resumo, uma nova forma de supremacia: o “império é a substância política que, de fato, regula essas permutas globais, o poder supremo que governa o mundo” (NEGRI E HARDT: 2005, p.11).

O conceito de império, nesse contexto, é marcado fundamentalmente pela ausência de fronteiras e limites e, por isso, apresenta-se não como um momento transitório no desenrolar da História, mas “como um regime sem fronteiras temporais, e, nesse sentido, fora da História ou no fim da História”. (*Idem*, p. 15)

Ainda na tese dos autores, essa nova configuração mundial, e o surgimento de uma nova forma de soberania, distinta daquela experimentada pelos Estados-nação – em declínio – oferece novas possibilidades para as forças de libertação, e dão ensejo às “forças criadoras da multidão que sustenta o império”, capazes de construir um “Contra-império”, isto é, uma organização política alternativa para converter e subverter a era imperial.

Traçadas essas breves considerações iniciais, será importante analisar mais especificamente a obra dos teóricos aqui abordados, para que, num segundo momento as suas perspectivas possam ser confrontadas, sobretudo no que tange às possibilidades de uma democracia global na modernidade.

2. JURGEN HABERMAS – DIREITO, POLÍTICA E A TEORIA DO AGIR COMUNICATIVO

Habermas formula um projeto de institucionalização que se orienta pelo paradigma procedimental de democracia. Com isso, o autor pretende problematizar a questão de como a formação discursiva da opinião e da vontade pode ser institucionalizada, partindo da ação recíproca entre as esferas informais do mundo da vida e as parcelas formais dos processos de tomadas de decisão política (LUBENOW: 2010, *passim*).

O pensamento político habermasiano, assim, pretende construir uma teoria da democracia formulada em termos institucionais.

Nesse contexto, o argumento do autor dirige-se à formulação de uma teoria discursiva da democracia que reserve uma posição central ao processo político de formação da opinião e da vontade, sem, entretanto, desconsiderar a constituição jurídico-estatal – e, portanto, institucional – da sociedade.

Segundo Habermas, a força integrativa da discursividade pode ser extraída das fontes da ação comunicativa, e precisa desenvolver-se em espaços públicos autônomos diversos, orientados por procedimentos de formação democrática da opinião e da vontade política, que por sua vez, são institucionalizados jurídico-estatalmente. (HABERMAS: 1995, *passim*)

No que se refere a esse processo, o autor parte do argumento fundamental de que o Estado democrático de direito constitui-se por meio de uma tensão entre direito e política, que, além de suas funções próprias (uma vez que cabe ao direito regulamentar as relações intersubjetivas e coletivas de ação, e à política elaborar programas coletivos de ação), devem desempenhar funções recíprocas, pois o direito, enquanto pólo normativo, deve emprestar legitimidade às decisões políticas, e a política, enquanto pólo instrumental, deve dotar as normas jurídicas de capacidade de coerção (DURÃO: 2009, *passim*).

Segundo o autor, para a fundamentação dos princípios do estado de direito é necessária uma reconstrução intersubjetiva da soberania popular com base na teoria do discurso, segundo a qual a soberania não se encontra localizada em nenhum sujeito concreto, mas na ampla rede de comunicação que perpassa a esfera pública, na qual se constitui o poder de comunicação capaz de formar uma opinião pública que orienta a tomada de decisões e o poder administrativo do estado democrático de direito.

Como destaca o autor,

Através dos sistemas dos direitos, explicitamos os pressupostos nos quais os membros de uma comunidade jurídica moderna se apóiam quando pretendem legitimidade, sem apelar para motivos de ordem religiosa ou metafísica. Existe, todavia, uma diferença entre a legitimidade dos direitos e a legitimidade de uma ordem de dominação, entre a legitimação de processos de normatização e a legitimação do exercício do poder político. (HABERMAS:1997, p. 169).

Assim, Habermas pretende introduzir a categoria do direito moderno na ótica da teoria do agir comunicativo, pois, segundo o autor, uma teoria crítica da sociedade não pode se resumir a uma descrição da relação entre norma e sociedade; antes de uma análise entre as pretensões normativas das ordens democrático-constitucionais e a facticidade de seu contexto social, é a intenção habermasiana reconstruir a “autocompreensão desses direitos”.

O ponto de partida para tal são os direitos que os cidadãos têm que se atribuir reciprocamente se quiserem regular legitimamente suas relações com bases de direito positivo, isto é, os direitos subjetivos. Esta formulação, na tese do autor, deixa entrever que há uma tensão interna, anterior àquela extrínseca, entre facticidade e validade permeando os sistemas do direito em sua totalidade.

Segundo Habermas (1997, *passim*), os direitos subjetivos desempenham um papel central na moderna compreensão do direito. Ele corresponde ao conceito de liberdade subjetiva de ação: os direitos subjetivos estabelecem os limites dentro dos quais um sujeito está justificado a empregar livremente a sua vontade e, ainda, definem liberdade de ação igual a todos os sujeitos. Assim, o conceito de lei já explicita a idéia de liberdade de tratamento, contido no direito.

Além disso, na argumentação do autor, os direitos subjetivos só podem ser estatuídos e impostos através de organismos cujas decisões que passam a ser obrigatórias para a comunidade. E, “vice-versa, tais decisões devem a sua obrigatoriedade coletiva à forma jurídica da qual se revestem”. Esse nexos interno do direito com o poder político, na visão habermasiana, reflete-se nas implicações objetivas e jurídicas do direito subjetivo.

O argumento de Habermas, nesse sentido, passa sobre a consideração sobre a constituição do estado de direito, que forma-se tanto empírica quanto normativamente a partir de uma tensão interna entre direito e política.

Direito e política distinguem-se por suas funções próprias, mas também pelo modo com que ocorre em seu interior a tensão entre validade e facticidade. Como visto acima, o sistema jurídico precisa ser complementado pelo político, pois a regulação e solução dos conflitos de ação dependem da intervenção dos instrumentos de violência oferecidos pela política; da mesma forma, o sistema político necessita da colaboração do jurídico para estabelecer fins coletivos de ação (que ultrapassam a capacidade dos cidadãos isolados e precisam ser implementados por uma estrutura política que conjugue os esforços do grupo),

porque, por um lado, as instituições que compõem o sistema político só se constituem pelo direito, e, por outro, a intervenção da política nos demais sistemas sociais ocorre através de normas jurídicas de ação (DURÃO: 2009, *passim*).

O estado de direito, portanto, é o resultado da fusão entre direito e política, que, contudo, constituem dois pólos distintos, o que identifica um novo sentido da tensão entre facticidade e validade, distinta daquela que aparece entre os destinatários das normas jurídicas e seus atores nos discursos de fundamentação do sistema dos direitos.

Trata-se de uma tensão interna entre facticidade e validade, explicada pela dupla possibilidade que possui o agente em agir segundo a razão estratégica ou comunicativa, e revela-se, na argumentação habermasiana em três níveis: da norma jurídica, do sistema de direito e do estado de direito.

Os destinatários experimentam a tensão interna entre facticidade e validade das normas jurídicas porque, por um lado, escolhem segui-las de acordo com a racionalidade estratégica (facticidade), em cujo caso obedecem à lei simplesmente por constituir um fato social dotado de coerção, e exige do agente empreender uma escolha racional sobre os custos de infringi-la ou cumpri-la; por outro lado, pela razão comunicativa, que lhe permite avaliar a validade da lei, em cuja situação sente-se obrigado a cumpri-la por respeito à própria lei (DURÃO: 2009, *passim*).

Segundo Habermas, essa duplicação da racionalidade inerente à sociedade complexa conduz a uma duplicação do conceito de autonomia do direito, pois o destinatário da norma jurídica pode segui-la por meio de sua autonomia privada, a partir dos usos de sua liberdade subjetiva de ação, ou por meio de sua autonomia pública, mediante a liberdade comunicativa, que demanda a busca cooperativa de entendimento.

Ou seja, do ponto de vista normativo, o que empresta força legitimadora ao “procedimento” democrático é justamente o percurso ou a base argumentativa de fundamentação discursiva que se desenrola na esfera pública, cujos espaços permitem a institucionalização das vontades do mundo da vida, numa estrutura política que conjuga as autonomias pública e privada.

3. MICHAEL HARDT E ANTONIO NEGRI – IMPÉRIO, MULTIDÃO E A SOBERANIA IMPERIAL

Em sua obra “Império”, os autores Antonio Negri e Michael Hardt apresentam como principal objetivo de análise o surgimento de uma nova ordem global, uma nova lógica e estrutura de poder e comando, enfim, uma nova forma de supremacia. A partir dessa conjuntura e da nova “substância política” que estabelece e regula o poder supremo governante do mundo, o império, os autores constroem uma das teses fundamentais de sua obra, qual seja a de que a soberania dos Estados-nação encontra-se em crise.

De acordo com Negri e Hardt (2005a), é fato que em sintonia com o processo de globalização e fatores de produção e troca, como dinheiro e tecnologia, inseridos de forma cada vez mais intensa num mundo acima das fronteiras nacionais, o poder dos Estados nacionais vem gradualmente diminuindo, assim como sua capacidade de regular e impor sua autoridade sobre esses fluxos, que o atravessam a todo o instante. Baseando-se nessas características e nessa conjuntura, os teóricos observam a transferência da soberania dos Estados-nação a formas diferentes das tradicionais.

Vale ressaltar, entretanto, que a crise do Estado nacional encontra-se em andamento, uma vez que o mesmo perde algumas de suas principais prerrogativas, pois a visão de soberania nacional, antes constituída pelo monopólio no exercício do poder sobre determinado território, unido por uma única cultura, nos dias atuais, segundo a visão de Negri e Hardt, é algo inconcebível. Na era imperial, ao contrário, não há um centro territorial de poder, baseado em fronteiras ou barreiras fixas; o Império é um aparelho de descentralização e desterritorialização, que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão.

A perda da tradicional soberania nacional e o surgimento da imperial seria revelada, de acordo com os autores (2005a), justamente pela incapacidade dos Estados-nação de manter o controle sobre os fluxos, trocas e tecnologia inerentes à nova conjuntura social, não possuindo poderes e autoridade inclusive sobre a cultura, pois são atravessados continuamente por múltiplos fatores culturais que retiram deles a possibilidade de colocar-se como hegemonia.

Nesse sentido, o conceito de império caracteriza-se pela ausência de fronteiras e limites para o exercício do poder, agindo como um regime sem fronteiras temporais. O objeto de seu poder é a vida social como um todo; essas características reforçam a intenção de Negri

e Hardt de considerar o processo de globalização em suas dinâmicas, através de uma perspectiva metodológica que considera o processo da “constituição imperial” através dos conflitos que ocorrem com o desenvolvimento capitalista e as lutas que produz.

O império acabou com o imperialismo e colonialismo clássicos, abrindo, de acordo com os autores, uma perspectiva “cosmopolítica”; cada tentativa de retorno ou ressurgimento dos Estados-nação, em oposição à atual era imperial, é inaceitável. Para Negri e Hardt não há possibilidade de considerá-los senão como algo mais que uma falsa ideologia, frente à irrefreável constituição do império.

Nesse contexto, na era da soberania imperial, instituições supranacionais como o Banco Mundial e FMI, por exemplo, subtraem em ampla medida das mãos do Estado as decisões sobre a prática econômica e social; os Estados-nação estão sujeitos, portanto, às prescrições dessas instituições, isoladas de qualquer representação popular, assim como o espaço nacional e os confins nacionais, que tornam-se relativos frente ao ilimitado âmbito de ação do Império.

Portanto, na era imperial, os Estados-nação não têm capacidade diante do novo poder, tendente a um controle global, sem barreiras fixas ou limites de fronteira, havendo a passagem de sua soberania a uma nova forma, totalmente distinta das tradicionais.

No império não há Estados nacionais, a não ser em estruturas formais (como ordenação jurídica ou algumas instituições internacionais), pois o mundo é governado por uma única estrutura de poder, descentralizada e desterritorializada, e que não faz referências a tradições ou valores étnico-culturais, cuja substância política é o universalismo cosmopolítico.

É importante destacar, no entanto, que na argumentação construída pelos autores, a era da globalização não proporciona o fim dos Estados-nação, pois alguns deles ainda cumprem funções importantes na instituição e regulamentação de normas políticas, econômicas e mesmo culturais; o que se busca afirmar, porém, é que os Estados-nação são destituídos da posição de autoridade soberana. O que o conceito de Império ratifica é principalmente o novo ordenamento global e a nova forma de soberania, ilimitada, e que conhece apenas fronteiras móveis e flexíveis no atual cenário político, social e econômico.

Nesse sentido, Negri e Hardt observam uma total transformação do papel estatal nos tempos imperiais, onde a soberania é ilimitada, sobrepondo-se a capacidade dos Estados-nação de regular os fluxos intensos e multiculturais que atravessam suas fronteiras:

(...) os elementos fundamentais da soberania estatal (exercício do poder militar e exclusividade cultural, por exemplo) desapareceram do território

nacional (...) revelada pela incapacidade do Estado-Nação de manter o controle sobre as forças antagônicas que se movimentam dentro de seu território. (NEGRI: 2003, p.13).

Nesse novo contexto imperial, Negri e Hardt argumentam que qualquer possibilidade de transformação da práxis social, frente ao incrível e inovador poder de absorção do império só pode vir da multidão, conceito formulado pelos autores para denominar a nova força vital das massas na era imperial:

A multidude é uma multiplicidade, um conjunto de singularidades, um jogo aberto de relações que não é homogêneo nem idêntico consigo próprio e que não diferencia, mas sim inclui os que estão do lado de fora. O povo, ao contrário, tende à identidade e homogeneidade internamente, determinando sua diferença com os que permanecem fora dele, e excluindo-os. Enquanto a multidude é uma relação em constituição não concluída, o povo é uma síntese constituída preparada para a soberania (NEGRI apud NOUR: 2006, p. 119-120).

O conceito, apresentado por Negri e Hardt busca enfatizar o poder constituinte das “massas desejanter” contra a nova forma de soberania global sendo forjada sob nossos próprios olhos: “a multidão contra o império”.

Os objetivos dos autores, nessa perspectiva de análise, é reconceitualizar, a partir da noção de multidão, o próprio conceito de democracia frente a um contexto que possibilitaria, em potencial, a atualização da “democracia real do governo de todos para todos, baseado em relações de igualdade e liberdade”.

Nas palavras dos autores,

(...) Um aspecto da reinvenção atual da democracia é a necessidade de destruir a separação entre a sociedade civil e o Estado ou, para dizê-lo em termos diferentes, a separação entre o social e o político (...) As condições estão dadas pela própria natureza da crise contemporânea. De fato, a passagem à pós-modernidade política e o reconhecimento prático do biopoder e da biopolítica têm um papel-chave para ir além da separação burguesa entre social e político. Por um lado, o capital contemporâneo precisa seguir esse processo porque, na sua forma de biopoder, precisa explorar o social diretamente através do poder político. Por outro, o processo de formação da multidão está profundamente envolvido com a destruição dessa separação. (BROWN; SZEMAN: 2006, p.99)

A multidão, portanto, diz respeito a um engajamento na produção de diferenças, invenções e modos de vida, ou seja, “uma explosão de singularidades (que são) conectadas e coordenadas de acordo com um processo constitutivo sempre em aberto”. (*idem*)

Nas palavras de Negri,

(...) quando falamos em multidão, sustentamos fundamentalmente três coisas. De um ponto de vista sociológico e de filosofia da sociedade, falamos antes de mais nada em multidão como conjunto, como uma multiplicidade de subjetividades, ou melhor, de singularidades; em segundo lugar, falamos em multidão como classe social não-operária (exemplar, nesse caso, é a experiência da transformação do trabalho na passagem do fordismo ao pós-fordismo, da hegemonia do trabalho material à do trabalho imaterial); enfim, em terceiro lugar, quando falamos em multidão nos referimos a uma multiplicidade não esmagada na massa, mas capaz de desenvolvimento autônomo, independente, intelectual. (NEGRI: 2003, p. 145-146)

Assim, a multidão é uma forma ininterrupta de relação aberta que as singularidades põem em movimento: segundo Hardt e Negri, somente a ação (e a imaginação) da multidão predispõe as subjetividades para uma ação comum diante dos tempos de império.

4. CONCLUSÃO - DIREITO, SOCIEDADE E POLÍTICA – UMA BREVE ANÁLISE DAS POSSIBILIDADES DA DEMOCRACIA NA MODERNIDADE A PARTIR DA TEORIA DE HABERMAS, HARDT E NEGRI

Conforme analisado, segundo Habermas (1997, *passim*), no direito há uma tensão interna entre validade e facticidade, na medida em que ocorre uma duplicação do conceito de autonomia do direito e surge a possibilidade de se produzir as normas jurídicas segundo o entendimento racional ou a busca recíproca desse entendimento, o que gera aquele aparente paradoxo de explicar a “legitimidade a partir da legalidade”.

Na argumentação do autor (*idem*), trata-se de um paradoxo porque esses direitos dos cidadãos têm, de um lado, a mesma estrutura de todos os direitos, os quais abrem esferas da liberdade de arbítrio - pois os direitos políticos também são liberdades subjetivas de ação, os quais fazem simplesmente do comportamento legal um dever, e, portanto, liberam os cidadãos a agir em conformidade com as regras.

De outro lado, Habermas também destaca que esse processo legislativo (institucional) precisa confrontar seus participantes com as “expectativas normativas das orientações da comunidade”, porque ele próprio retira sua legitimidade do processo de um

entendimento dos cidadãos sobre suas regras de convivência. Para preencher a sua função de estabilização dessas expectativas, segundo o autor, o direito moderno precisa “conservar o nexo interno com a força socialmente integradora do agir comunicativo”.

No que tange especificamente à questão envolvendo o processo de legitimação das normas, Habermas destaca que na modernidade há uma tendência ao surgimento de instituições, cujo intuito é proteger os direitos, a Constituição e seus intérpretes, instituições essas que normalmente estão ligadas ao Judiciário (HABERMAS: 2001, *passim*).

No entanto, na argumentação habermasiana, por mais competentes que sejam, esses organismos muitas vezes acabam por se enclausurar, tornando-se insensíveis à sociedade e constituindo-se em órgãos “tutores” da soberania popular, sem que, no entanto, as expectativas dos cidadãos sejam consideradas nesse processo.

Segundo Habermas, a democracia, a legitimidade, e a questão envolvendo a garantia e mesmo a efetivação dos direitos envolvem dois aspectos fundamentais: a moral (ética) e o plano jurídico (política).

Ou seja, a questão da legitimidade é geralmente observada, no ponto de vista do autor, sob um prisma fundamentalmente normativo; no entanto, em sua argumentação, as normas que compõem um ordenamento jurídico devem considerar aqueles dois aspectos, o que traz repercussões para a análise da própria soberania popular e a sua legitimação.

Nas palavras habermasianas,

A teoria política deu uma dupla resposta para a questão da legitimação: soberania popular e direitos humanos. O princípio da soberania popular fixa um procedimento que fundamenta a expectativa de resultados legítimos com base nas qualidades democráticas. Esse princípio expressa-se nos direitos à comunicação e à participação que asseguram a autonomia pública do cidadão. Em contrapartida, aqueles direitos humanos clássicos – que garantem aos cidadãos da sociedade a vida e a liberdade privada, a saber, âmbitos de ação para seguirem os seus planos de vida pessoais – fundamentam uma soberania das leis legítima a partir de si mesma. O direito positivado, ou seja, modificável, deve se legitimar sobre esses dois pontos de vista normativos como um meio para a proteção igualitária para as autonomias civil e privada do indivíduo. (HABERMAS: 2001, p.146)

Ainda segundo Habermas, o debate acerca da legitimidade implica a ideia (i) de que algo é válido e (ii) de que esse “algo” seja reconhecido como válido pela coletividade. Essa noção de legitimidade, assim sendo, traz em si a existência de um processo de legitimação, que leva ao reconhecimento por parte dos cidadãos.

Esse reconhecimento, que, como destacado, advém de um processo de legitimação, por sua vez, liga-se a uma dimensão intersubjetiva, a partir do (com) partilhamento de certos valores na comunidade, como parte da normatividade. Isso não significa, na argumentação habermasiana, que as ações não devam ser justificadas, mas que os cidadãos as reconhecem como sendo legítimas.

Na tese de Habermas, a modernidade é marcada por uma crise de legitimidade (*idem*), havendo a necessidade de um novo conceito de soberania popular e de direitos, que não seja nem utilitarista (cunho objetivo), nem individualista (cunho subjetivo, liberal), mas sim intersubjetivo, construído discursivamente.

Isso envolve, segundo o autor, a fundamentação dos direitos humanos e da soberania popular baseada em um processo de participação das pessoas que são concernidas pelas normas, o que forma um perfil democrático discursivo (umas vez que está garantida a participação dos que são abrangidos pelas normas, repita-se), onde, ao mesmo tempo, se é (i) legislador (através da participação discursiva), (ii) súdito (pela observância e cumprimento das normas) e (iii) fiscal (tendo em vista a existência de um procedimento, em que todos cumpram o que firmaram).

Nesse contexto, Habermas argumenta que se deve

(...) partir do princípio segundo o qual devem almejar legitimidade exatamente aquelas regulamentações com as quais todos os possivelmente atingidos poderiam concordar como participantes dos discursos racionais. Nos “discursos” os participantes, à medida que procuram convencer uns aos outros com argumentos, querem atingir visões comuns (...) Se, então, tais discussões constituem o local em que uma vontade política racional pode se formar, a suposição de resultados legítimos, que deve formar o procedimento democrático, tem de se apoiar, em última instância, em um arranjo comunicativo: as formas de comunicação necessárias para uma formação racional da vontade – e, portanto, garantidora de legitimidade – do legislador político devem ser, por sua vez, institucionalizadas juridicamente. (*Idem*, p. 148)

Ou seja, a compreensão procedimental de democracia tenta mostrar que os pressupostos comunicativos e as condições do processo de formação da opinião são a única fonte de legitimação, e que a formação democrática da opinião e da vontade retira a sua legitimidade dos pressupostos comunicativos e dos procedimentos democráticos.

Essa perspectiva de análise certamente pode ser inserida dentro daquele contexto da teoria habermasiana, comentado nesta reflexão anteriormente, de desenvolver um conceito

mais abrangente de razão, no qual a racionalidade comunicativa - ligada à compreensão – é contraposta à racionalidade estratégica – que visa ao “sucesso”.

Essa concepção dualista de razão relaciona-se com a intenção do autor em legitimar pretensões de universalidade – como, por exemplo, de direitos humanos, conforme a argumentação acima - e, mais importante para a reflexão aqui proposta, de representação da práxis como ação comunicativa democrática:

Habermas diferencia, então, ação comunicativa e ação estratégica, e associa cada uma dessas diferentes dimensões de ação a diferentes níveis de racionalidade, que não se reduzem um ao outro. Ele quer com seu conceito de razão comunicativa reagir ao suposto déficit normativo da teoria marxista ocidental e, ao mesmo tempo, sem recurso transcendental, fundamentar pretensões de universalidade (NOUR, op. cit., p.116)

No entanto, na visão de Hardt e Negri, frente à nova estrutura de poder estabelecida na era imperial, na nova realidade do mercado mundial não há “ação comunicativa” que não seja instrumentalizada pelo império: “a produção comunicativa e a construção da legitimação imperial caminham de mãos dadas e não podem mais ser separadas” (HARDT e NEGRI, apud NOUR, op. cit., p.117)

Nesse ponto, vale destacar a visão dos autores de “Império” acerca das possibilidades da democracia na era imperial e do poder das massas nesse novo contexto. Para tanto, são necessárias algumas linhas de reflexão sobre o poder constituinte e a potencialidade da multidão, nesse novo contexto histórico.

O poder constituinte, segundo Negri, resume-se no conceito da “política como inovação, criatividade das relações sociais e radical transformação da sociedade capitalista”. (QUINTAR: 1998, p.132). Nesse sentido, e segundo a argumentação construída por Negri, especificamente em sua obra “Teoria do poder constituinte”, ao longo da história se produz uma contraposição entre a expansão do poder constituinte e a limitação dessa expressão por meio de diversos mecanismos (constitucionalismo, soberania, sistema político representativo, etc) do poder constituído.

O tempo que é próprio do poder constituinte, um tempo dotado de uma formidável capacidade de aceleração, tempo da emergência e da generalização da singularidade, deverá ser fechado, detido, reduzido nas categorias jurídicas, restringido na rotina administrativa. (NEGRI: 1994, p. 18)

Na tese de Negri, sobre “cada passo do poder constituinte” surgem mecanismos que procuram limitá-lo, na realidade subordinando-o ao poder constituído. Nesse sentido, o autor destaca que o conceito de poder constituinte na modernidade, como já assinalado por Marx, é apresentado através de dois esquemas lógicos que vão da acumulação do direito, num caso pela violência, no outro pela cooperação (QUINTAR: 1998, *passim*).

Na primeira linha, segundo a visão de Negri, o poder constituinte é o exercício originário da violência pela classe dominante. Mas, deve-se destacar, “esse poder constituinte é também um processo que funda novas instituições sociais e novas condições de cidadania” (*idem*, p. 139) Essa “violência constituinte”, na medida em que se aprofunda, começa a se revestir de formas jurídicas. Nesse contexto, e

(...) quando se consolidam as novas condições, a violência deixa o lugar principal para o direito e converte-se em costume. Nesse momento o poder constituinte converteu-se em poder constituído (...) A violência converte-se em lei, em procedimento permanente do ordenamento e disciplina. (*idem*)

Na segunda linha, destaca o autor que no processo do poder constituinte do capital, no mesmo espaço e tempo no qual governa a violência abre-se outro processo: o da cooperação e o de se fazer sujeito antagonista. Segundo o autor,

A cooperação é por si própria uma força essencialmente produtiva e sua eficácia produtiva aumenta com sua complexidade. Quando a cooperação, enquanto dirigida pelo capital, torna-se independente, convertendo-se em poder de mando contra a cooperação concreta dos trabalhadores e sua potência produtiva, essa dialética do capital aprofunda sua contradição. (Nesse sentido, e partindo de Marx) assinala Negri que, tornando-se esse poder de mando independente e por conseguinte também a esfera jurídica, da mesma forma que o processo de socialização da produção, o capital exaspera a relação, determina suas condições de ruptura e prepara a liberação da cooperação de seu caráter capitalista antagonista. (Nesse sentido) a análise de Marx torna-se a definição direta do poder constituinte na medida que resgata a fenomenologia da luta de classes e vê seu processo constitutivo passar da possibilidade formal à ruptura do processo de dominação, à expressão aberta da subjetividade constitutiva da massa. (Assim), a argumentação decisiva da concepção marxista do poder constituinte (...) é a redução nele do social e do político, porque é na interação do social e do político que se conforma o mundo humano. (*idem*, p.140 - 141)

Portanto, na argumentação construída por Negri, o conceito de poder constituinte sempre remete ao conceito de uma crise, que, no entanto, traz em si o “momento criativo da libertação”; por isso, o poder constituinte – que se expressa como resistência – “é a

capacidade de constituição do sujeito como força que transforma todas as condições históricas nas quais vive e tem sido formado” (*idem*, p. 141).

É precisamente nesse contexto que o autor destaca que o poder constituinte “rompe a categoria do moderno”, pois ainda que seja um limite, a crise para o poder constituinte transforma-se num obstáculo que o poder constituído impõe a uma ilimitada vontade de potência da multidão, que, ratifique-se, é capaz de se desenvolver de forma autônoma, independente e intelectual.

Desse ponto de vista, em termos políticos, o autor levanta a tese da multidão como potência democrática, na medida em que se trata de um conceito aberto, dinâmico e constitutivo do próprio plano biopolítico da era imperial, o que revela, também, uma concepção mais radical da própria democracia.

Nesse contexto de análise, Negri argumenta que a democracia é precisamente a “distopia como forma política do poder constituinte”, em contraposição ao “normativismo” clássico da visão de poder constituinte, definido como “a política transcendente que se estabelece sobre a integridade dos corpos para impor-lhes uma ordem e uma hierarquia, sendo, portanto, um aparato que nega o poder constituinte e a própria democracia”. (NEGRI *apud* QUINTAR: 1998, p. 142).

Ou seja, enquanto Habermas observa uma aplicação reflexiva do direito ao poder político, o que deslocaria a tensão entre facticidade e validade para uma outra dimensão (na medida em que a dominação política apóia-se num potencial de ameaça, garantido por meios coercitivos, mas que, simultaneamente, pode ser autorizada através de um direito legítimo, marcado por um processo de legitimação democrático, como já observado), Negri e Hardt (2005a, *op. cit.*, p. 53) argumentam a necessidade de integrar as questões envolvendo a comunicação e a própria linguagem ao contexto imperial biopolítico, o que significa, em sua concepção, ir além da (tradicional) busca por consenso, na medida em que esse consenso, ao ser dissociado do império e da dimensão biopolítica da vida social, significa adesão, alienação e identificação com o “representante”:

(...) a produção comunicativa e a construção da legitimação imperial marcham lado a lado e não podem mais ser separadas. A máquina é autovalidante, autopoietica – ou seja, sistêmica. Ela constrói tecidos sociais que esvaziam, ou tornam ineficaz, qualquer contradição; cria situações nas quais, antes de neutralizar coercitivamente a diferença, parece absorvê-la num jogo insignificante de equilíbrios auto-geradores e auto-reguladores. (...) qualquer teoria jurídica que trate das condições de pós-modernidade tem de levar em conta essa definição especificamente comunicativa de produção social. (*idem*).

Ao tratar da questão, e partindo do modelo da linguagem, Habermas pretende desvendar uma estrutura discursiva comum entre direito e moral, para mostrar que só uma validação intersubjetiva das normas jurídicas, que abrange simultaneamente a liberdade subjetiva dos indivíduos e a autodeterminação democrática das comunidades, é capaz de conferir legitimidade ao direito positivo.

Assim, segundo a concepção habermasiana, a reformulação da relação entre sistema e mundo da vida prepara o caminho para um novo modelo de circulação do poder político, cujo cerne é a concepção procedimental deliberativa de democracia.

No modelo proposto por Habermas, a co-originariedade da autonomia privada e pública se revela quando compreendemos o tema da autolegislação, segundo o qual os indivíduos são simultaneamente autores e destinatários de seus direitos. Tal enfoque possibilita compreender os direitos humanos como condições formais para a institucionalização jurídica dos processos discursivos de formação da opinião e da vontade, nos quais a soberania do povo assume um caráter vinculante, isto é, ligado por normas. Em outras palavras, são os direitos humanos que garantem a possibilidade de cada indivíduo atuar como sujeito autônomo livre e igual nos processos coletivos de discussão e decisão acerca das leis para todos. (SCHUMACHER: 2004, p.12).

Ou seja, na visão habermasiana, há um poder “comunicativamente diluído” na sociedade, que pode ligar o poder administrativo do aparelho estatal com a vontade dos cidadãos. Como observado acima, o poder do Estado se baseia na ameaça de sanções (apoiadas em instrumentos de força), mas, simultaneamente, é autorizado pelo direito legítimo. Independentemente de sua positividade, o direito reivindica validade normativa; já o poder está à disposição de uma vontade política como meio para a realização de objetivos coletivos, independentemente dos constrangimentos normativos que o autorizam (SCHUMACHER, op. cit. *passim*).

Já Negri e Hardt ressaltam que no domínio imperial, marcado pelo biopoder, a produção e a vida tendem a coincidir, a luta de classes tem o poder de irromper em todos os campos da vida. Essa constitui uma diferença fundamental em relação à teoria habermasiana e às possibilidades democráticas na contemporaneidade. Trata-se, assim, para os autores de “Império”, de questionarem-se as possibilidades de dar uma nova forma política à expressão da multidão, além dos tradicionais conceitos de consenso e representação.

Na visão de Hardt e Negri, o grande problema a ser enfrentado na contemporaneidade

(...) é o de como instâncias concretas da luta de classes podem efetivamente surgir, e sobretudo como podem formar um programa coerente de luta, um poder constituinte adequado à destruição do inimigo e à construção de uma nova sociedade. A questão é, na realidade, como o corpo da multidão pode configurar-se em um *telos*. (HARDT e NEGRI: 2005b, p. 427-428).

Essa necessidade, é importante frisar, também está ligada com os sentidos e com o protagonismo das questões envolvendo a linguagem e a comunicação na contemporaneidade (não é a intenção dos autores ignorar a importância desses fatores), pois, conforme a argumentação construída em “Império”, o “controle do sentido e do significado lingüísticos e das redes de comunicação constituem uma questão cada vez mais central para a luta política” (*idem*, p. 428)

No entanto, essa perspectiva na obra de Hardt e Negri adquire contornos distintos daqueles moldados por Habermas, tendo em vista que, na (radical) era imperial, “não há qualquer possibilidade de compartimentalização do mundo da vida” (*idem*); a comunicação, a produção e a vida se apresentam imediatamente como um todo complexo, um lugar aberto de conflito. Nesse contexto, uma práxis transformadora da sociedade só poderia advir da multidão.

Assim, se em Habermas a racionalização (em seu caráter dúplice) das instituições – jurídicas, inclusive - significa progresso e desenvolvimento em direção à formação de um espaço público democrático discursivo, na concepção de Hardt e Negri isso significa possibilidade de ruptura, pois, segundo os autores, em tempos de império é falho qualquer projeto de estabelecer a convergência institucional – jurídica e normativa - da subjetividade e da constituição do comum; na radical posição desses teóricos, somente a força vital da multidão é capaz de se opor à nova era imperial, “com a enorme vantagem de nos mostrar a potência das singularidades de expressar-se em todas as direções, de mostrar-se como proliferação da liberdade”. (NEGRI: 2003, p.145).

REFERÊNCIAS

BROWN, Nicholas; SZEMAN, Imre. *O que é a multidão?* São Paulo: Novos Estudos nº 75, 2006.

DURÃO, Aylton Barbieri. *Habermas: os fundamentos do Estado de Direito*. São Paulo: Trans/Form/Ação vol. 32, nº 1, 2009.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005a.

_____. *Multidão*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005b.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia. Entre Facticidade e Validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Vols. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Três modelos normativos de democracia*. Lua Nova, São Paulo, n. 36, 1995.

_____. *A constelação pós nacional: ensaios políticos*. São Paulo: Littera Mundi, 2002.

LUBENOW, Jorge Adriano. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas. Modelos teórico e discursos críticos. Belo Horizonte: Revista Kriterion, nº 121, 2010, p. 227-258.

NEGRI, Antonio. *El Poder Constituyente. Ensayo sobre las alternativas de la modernidad*. Itá: Editora Libertarias/Prodhufi, 1994.

_____. *5 Lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NOUR, Soraya; FATH, Thorsten. *Entre multitude e mundo da vida: A crítica de Hardt e Negri a Habermas*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 21, nº 62, 2006.

QUINTAR, Aída. *A potência democrática do poder constituinte em Negri*. São Paulo: Lua Nova – Revista de Cultura e Política nº 43, 1998.

SCHUMACHER, Aluisio A. *Sobre moral, direito e democracia*. São Paulo: Lua Nova – Revista de Cultura e Política nº 61, 2004.